

26 JUL 2018

FOLHA DE LONDRINA

Moro diz que sentença durante as férias tem precedentes

Juiz comenta pela primeira vez episódio envolvendo soltura de Lula que resultou em pedido de explicações por parte do CNJ

"Imprensa vive questionando o juiz porque as férias são muito longas, aí quando o juiz trabalha, mas nas férias, também critica", ironizou Moro em evento em SP

José Marques
Folhapress

São Paulo - Duas semanas após questionar a competência de um juiz do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) que concedeu habeas corpus ao ex-presidente Lula, o juiz Sergio Moro disse nesta quarta-feira (25) que há precedentes para ter assinado o despacho mesmo durante suas férias.

Sem entrar em detalhes a respeito da decisão do dia 8, em que não cumpriu determinação do juiz que estava de plantão no tribunal, Rogério Favreto, Moro falou sobre o episódio em evento promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo.

"A imprensa vive questionando o juiz porque as férias são muito longas com alguma razão, aí quando o juiz trabalha, mas nas férias, também critica", disse, em meio a risos da plateia, em teatro na zona oeste da capital paulista. "Mas

isso [decisão durante as férias] tem precedentes", acrescentou.

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) intimou Moro, Favreto e João Pedro Gebran Neto, o relator da Lava Jato no TRF-4, a se explicarem sobre a guerra de decisões a respeito da soltura de Lula, que terminou com a determinação de manter o ex-presidente preso. Questionado sobre a situação, Moro preferiu não se manifestar.

"Isso envolve processos que eu ainda conduzo, gerou uma representação no CNJ no qual eu apresentei a minha resposta e mesmo na decisão do dia eu apresentei as minhas razões", disse o juiz. "Podem me acusar de muita coisa, mas sempre agi com absoluta transparência em minhas decisões e sempre coloquei as minhas razões. Infelizmente por questões relacionadas ao meu trabalho eu não tenho a possibilidade completa de debater isso numa entrevista."

Participaram do evento, além de Moro, o advogado criminalista Antonio Claudio Mariz de Oliveira e o promotor do MPSP (Ministério Público de São Paulo) Marcelo Mendroni. Eles discutiram temas como execução de prisão após condenação em segunda instância e combate à corrupção.

Após Mariz ter defendido uma "solução intermediária", como prisão após decisão do STJ (Superior Tribunal de Justiça), Moro discordou.

Segundo ele, o tribunal tem problemas similares ao STF (Supremo Tribunal Federal), como o excesso de processos para julgar, que leva ao atraso em decisões e à prescrição de casos.

26 JUL 2018

FOLHA DE LONDRINA

Ciro: declaração sobre justiça foi descontextualizada

Rita Soares
Agência Estado

Ananindeua (PA) - Após ser criticado por juristas e analistas, o candidato à Presidência da República, Ciro Gomes (PDT), afirmou que as declarações de que, se eleito, colocaria o Judiciário e o Ministério Público de volta em suas "caixinhas" foram tiradas de contexto para gerar intrigas. Na ocasião, também disse que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva "só teria chance de sair da cadeia se a gente assumir o poder". As declarações foram dadas em Ananindeua, no Pará, onde o candidato participou da convenção estadual do seu partido nesta quarta-feira, 25, e são uma resposta às informações reveladas em reportagem do jornal O Estado de S. Paulo.

No Pará, o pedetista disse que essa declaração foi tirada do contexto. "Quando eu disse a gente, eu não quis dizer eu. Quis dizer os democratas, os que têm compromisso com o Estado democrático de direito, com o restabelecimento da autoridade, do império da lei que, no Brasil, parece estar completamente deformada".

Segundo ele, o termo caixinha foi uma figura de linguagem usada para explicar que Judiciário e Ministério Público "não podem se meter em tudo". "Isso é uma expressão que todo mundo conhece. Só a fraude tenta fazer esse tipo de intriga. No Brasil, está cada um trabalhando fora da sua caixa", disse o candidato.

Ciro defendeu, ainda, a necessidade de restaurar "o império da lei". "O Judiciário julga, o Legislativo legisla e o Executivo executa. Não é possível que o Judiciário queira executar. (Não é possível) que no Brasil cada prefeito esteja subordinado ao constrangimento, à humilhação de um jovem membro do Ministério Público que, ainda que de boa fé, deforme reputações, se meta onde não deve. O País não aguenta mais essa baderna", declarou pouco antes de subir ao palanque.

No dia 20, a convenção nacional do PDT confirmou sua candidatura ao Planalto. Ainda falta definir quem será o vice.

VIAGEM

Ciro Gomes desembarcou na manhã de quarta-feira em Belém e seguiu para um ginásio no município de Ananindeua, na região metropolitana, onde era esperado por membros do PDT e também pelo prefeito da cidade, Manoel Pioneiro, do PSDB. Outro convidado especial da convenção do PDT foi o pré-candidato ao governo do Estado pelo DEM, Márcio Miranda. No Pará, o PDT apoiará Miranda, que terá como vice um nome a ser indicado pelos tucanos.

Indagado sobre a aliança, o pedetista afirmou que "o Brasil é uma federação complexa" e que, no Pará, o objetivo é derrotar o MDB. No Estado, a sigla tem como candidato ao governo o ex-ministro Helder Barbalho, filho do senador Jader.

26 JUL 2018

FOLHA DE LONDRINA

Toffoli nega habeas corpus protocolado a favor de Lula

Folhapress

São Paulo – O vice-presidente do STF, ministro Dias Toffoli, rejeitou nesta quarta-feira (25) um habeas corpus protocolado por um advogado em favor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O pedido não foi feito pela defesa do petista. As informações são da Agência Brasil. Ao analisar o habeas corpus, Toffoli entendeu que o pedido de liberdade não se enquadra nas hipóteses de urgência para ser analisado durante o plantão do recesso de julho na Corte. Além disso, o ministro enviou o pedido para o ministro Edson Fachin, relator dos processos da Operação Lava Jato no tribunal.

“O caso não se enquadra na previsão do art. 13, inciso VIII, do Regimento Interno deste Supremo Tribunal, em especial ante a possibilidade de incidência do entendimento da Corte segundo o

qual é inadmissível o habeas corpus que se volta contra decisão monocrática do relator da causa no Superior Tribunal de Justiça não submetida ao crivo do colegiado por intermédio do agravo interno, por falta de exaurimento da instância antecedente”, justificou o ministro, em sua decisão.

Toffoli está interinamente na presidência da Corte porque a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia, está ocupando a Presidência da República em função da viagem de Temer à África do Sul.

Lula foi condenado a 12 anos e 1 mês de prisão pelos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro no caso do triplex em Guarujá (SP) e teve a pena executada pelo juiz federal Sérgio Moro após o fim dos recursos na segunda instância da Justiça, conforme definiu o STF. Ele está preso na superintendência da Polícia Federal em Curitiba.

26 JUL 2018

FOLHA DE LONDRINA

Justiça marca para outubro oitiva das primeiras testemunhas da Operação ZR3

Luis Fernando Wilteburg

Reportagem Local

O juiz da 2ª Vara Criminal de Londrina, Décio Miranda da Rocha, marcou para o dia 16 de outubro a oitiva de 12 das 95 testemunhas arroladas pela acusação e defesa do processo criminal originado pela Operação ZR3, nome da investigação do Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) de suposto esquema que promovia alterações de zoneamentos com base em interesses privados mediante pagamento de propina.

Treze pessoas respondem à ação penal proposta pelo Ministério Público, incluindo empresários, ex-servidores comissionados da prefeitura de Londrina, ex-secretários municipais, servidores concursados e dois vereadores – Mário Takahashi (PV) e Rony Alves (PTB), que estão afastados de seus cargos por decisão judicial.

O MP, que figura no polo ativo da ação, arrolou 13 testemunhas, enquanto os réus elencaram 82 pessoas, sendo pelo menos três de fora de Londrina. Na data marcada, serão ouvidas doze testemunhas de Londrina. O magistrado também determinou a expedição de carta precatória para os que moram em outras comarcas.

NO LEGISLATIVO

A CP (Comissão Processante) aberta para apurar eventual quebra de decoro parlamentar por parte de Rony e Mário volta a ouvir testemunhas na manhã desta quinta-feira (26), a partir das 9h. Foram arrolados o engenheiro civil e ex-presidente do Sinduscon Norte (Sindicato das Indústrias da Construção Civil) Osmar Ceolin Alves, a ex-presidente do Ippul (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano) Ignês Dequech e o empresário Brasil Filho (os dois últimos também são réus na ação penal).

BEMPARANÁ

A Medicina no banco dos réus

26 JUL 2018

Livro documento

#ELIAS MATTAR ASSAD

Criminalista lança livro sobre os bastidores do caso da médica Virgínia

O advogado criminalista Elias Mattar Assad está lançando o seu novo livro "A Medicina no Banco dos Réus – O Resgate da Verdade" (Editora DC), no qual retrata os bastidores do polêmico caso da médica intensivista Virgínia Helena Soares de Souza, do Hospital Evangélico de Curitiba. A sessão de autógrafos acontece hoje, no auditório da sede central da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Paraná (OAB/PR), no Centro de Curitiba, a partir das 19h30.

O livro, escrito em parceria com a filha e também advogada criminalista Louise Mattar Assad, resgata o caso que se tornou um dos episódios de maior repercussão na imprensa brasileira. Sob a ótica de quem acompanhou o dia-a-dia de uma profissional sendo acusada de matar pacientes e que a viu trocar as dependências da UTI do Hospital Evangélico pela carceragem feminina, Mattar Assad narra todo o processo de acusação pública que a médica vivenciou antes mesmo de apresentar sua defesa.

Além do contexto histórico, a obra também apresenta documentos médicos e jurídicos que serviram de base para a sustentação da defesa ao longo do processo. "Este é o caso criminal contemporâneo mais emblemático e desafiador de que se tem notícias. Fiz questão de produzir este material para servir de documento e evitar que erros como esse se repitam", destaca Elias Mattar Assad, ao afirmar que transformou esse trabalho em uma busca pela justiça e pela verdade mesmo quando a opinião pública já tinha decretado seu veredito.

26 JUL 2018

BEMPARANÁ

MP denuncia ex-vereador por servidor 'fantasma'

O Ministério Público entrou com ação civil na Justiça contra o ex-vereador de Curitiba, Valdemir Soares (PRB), acusado de manter um funcionário fantasma em seu gabinete na Câmara Municipal entre 2012 e 2014. De acordo com a investigação do MP, Soares – que é pastor da Igreja Universal do Reino de Deus, e renunciou ao cargo em 2016, após ser flagrado votando no lugar de outro parlamentar – teria mantido Dener Gomes como servidor comissionado em seu gabinete, apesar de ele nunca ter exercido funções na Casa.

Segundo a promotoria, Gomes seria sócio de uma gráfica, além de outras empresas, que prestariam serviços ao vereador. O MP aponta na ação que “assessores que trabalharam nos anos de 2012 a 2014, junto ao gabinete” do vereador confirmaram que Dener Gomes “jamais exerceu atividades na Câmara Municipal de Curitiba no referido período e que tinham conhecimento de que ele era proprietário de uma empresa que fornecia material de campa-



Soares: R\$ 221 mil

nha política para o vereador Valdemir”.

Gráfica

Os mesmos ex-assessores afirmaram, em depoimento aos promotores, que o vereador “costumava determinar que o pessoal do gabinete fosse buscar material de campanha na ‘gráfica de Dener’, sendo que, em tais ocasiões, não era feito nenhum tipo de pagamento para a retirada do material, reforçando a hipótese de que tais serviços eram pagos com o salário que Dener recebia da Câmara Municipal de Curitiba, sem que ali trabalhasse efetivamente”. Ao todo, o assessor teria recebido salários no total de R\$ 221 mil em valores atualizados, diz MP.

26 JUL 2018

BEMPARANÁ

Em 3 anos, deputados gastam R\$56 milhões com gabinetes

Só combustível custou R\$ 244,9 mil ao mês, suficiente para rodar 680 mil km

Ivan Santos

Levantamento feito pelo Observatório Social de Maringá e divulgado ontem aponta que os deputados estaduais gastaram R\$ 56.521.436,44 da verba de ressarcimento para custear despesas do mandato e de seus gabinetes entre 2015 e 2017, o equivalente a R\$ 1.046.693,26 por parlamentar. O "campeão" de gastos no período foi o ex-líder do governo Beto Richa na Casa, o deputado Luiz Cláudio Romanelli (PSB), com um total de R\$ 1.116.900,42, seguido do atual líder do governo Cida Borghetti, deputado Pedro Lupion (DEM), com despesas de R\$ 1.115.050,14. Por lei, cada parlamentar tem direito a uma verba mensal de R\$ 31.470,00 para despesas com transporte, divulgação, viagens, manutenção de escritório, entre outras.

De acordo com o estudo, o item transporte foi o que consumiu mais recursos, com 28% do total da verba usada, seguido de divulgação, com 25% e 18% com serviços técnicos. Somente com combustíveis, os parlamentares gastaram em 3 anos R\$ 8.818.378,36 em combustível. Por mês, os 54 deputados gastaram o equivalente a R\$ 244.944,00 com esse item, o suficiente para per-



Pedro de Oliveira/Alep

Alep: R\$ 1 milhão por deputado

correr 680.400 quilômetros. O valor também seria suficiente para abastecer 216 ambulâncias/mês, segundo o levantamento. Cada parlamentar pode gastar até R\$ 6.294,00 por mês ou 20% da verba de gabinete com combustíveis.

Os deputados Palozzi (PSC), Mauro Moraes (PSD), e Ademir Bier (PSD), lideraram o ranking de gastos com combustíveis, tendo despedido cada um respectivamente nesses três anos, R\$ 218.557,80; R\$ 215.289,47 e R\$ 213.842,12.

Ao todo, os parlamentares gastaram R\$ 6.520.793,18 em três anos com locação de veículos. O limite é de R\$ R\$ 10.642,00/mês ou quatro veículos por deputado. As despesas com viagens totalizaram R\$ 5.892.453,47 e as despesas com alimentação outros R\$ 3.471.758,94.

Transparência - O Observatório aponta suspeitas de gastos irregulares como o fornecimento de alimentação feita por empresas especializadas em impressão de materiais e comércio de materiais hidráulicos. A entidade pediu cópia das notas fiscais dos gastos feitos pelos parlamentares à Assembleia, mas a Casa negou o pedido, alegando que "seria inviável a disponibilização de mais de 50.000 documentos sem que isso comprometesse as suas atividades". O Observatório voltou a fazer o pedido, e diante da falta do Legislativo, fez uma denúncia ao Ministério Público.

Com o procedimento em andamento, em 15 de maio último a Assembleia encaminhou ofício ao Observatório, em que segundo a entidade, "negou novamente o acesso, porém mudou a argumentação, neste momento informando que todas as informações solicitadas já estariam inseridas no Portal da Transparência". A entidade encaminhou o documento ao MP, reafirmando o pedido de acesso à informação "tendo em vista que as notas fiscais efetivamente não podem ser localizadas online". Segundo a ONG, as notas fiscais apresentadas pelos deputados para justificarem as despesas não estão disponíveis.

26 JUL 2018

BEMPARANÁ

Multa

A governadora Cida Borghetti, o ex-governador Beto Richa (PSDB) e o diretório estadual do PSDB foram condenados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a pagar multas de R\$ 50 mil cada por desobediência de uma decisão judicial que determinou a retirada de conteúdo considerado propaganda política do site da Copel nas eleições de 2014. O presidente da estatal à época, Lindolfo Zimmer, também foi condenado. Os recursos das defesas foram recusados pelo plenário da corte eleitoral no dia 22 de junho por unanimidade, mas a decisão ainda não foi publicada.

Conteúdo

O ministro relator do processo, Herman Benjamin, afirmou que a chapa não obedeceu à ordem de retirada do conteúdo e manteve a publicação online por 15 dias. A ação foi movida pela coligação da senadora Gleisi Hoffmann (PT), na época também candidata ao governo. De acordo com a ação que gerou o recurso, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) havia estabelecido a retirada da propaganda irregular, sob pena de multa diária no valor de R\$ 10 mil.

O ESTADO DE S. PAULO 26 JUL 2018

MORO VÊ PROCESSO ELEITORAL COMO RISCO À LAVA JATO

Juiz federal afirma que País precisa 'do exemplo de lideranças honestas' e de políticas para diminuir o incentivo à corrupção

Eduardo Kattah
Fausto Macedo

O juiz federal Sérgio Moro admitiu que o resultado das eleições deste ano está inserido no que ele chama de “risco de retrocesso” no combate à corrupção, simbolizado na Operação Lava Jato. Moro disse que o País precisa “do exemplo de lideranças honestas” e “de políticas mais gerais para diminuir os incentivos e oportunidades da corrupção”.

O magistrado participou ontem do *Fórum Estadual Mais governança e mais segurança*, promovido pelo Estado e realizado em São Paulo. Moro foi um dos debatedores do painel O Combate à Corrupção, do qual participaram o advogado criminalista Antonio Cláudio Mariz de Oliveira e o promotor de Justiça Marcelo Mendroni, do Ministério Público paulista.

Após a mesa, em entrevista ao Estado, o juiz disse que discussões como esta precisam ser feitas no período eleitoral, pois “a corrupção espalhada, disseminada e profunda” é um dos principais problemas que a sociedade brasileira precisa resolver.

“Minha ideia principal em relação a isso é, primeiro, a Justiça tem que funcionar. Então, pessoas culpadas têm que ser punidas, segundo o devido processo, mas não só isso é suficiente. Precisamos do exemplo de lideranças honestas e, por outro lado, precisamos de reformas de políticas mais gerais para diminuir os incentivos e oportunidades da corrupção.”

Rumo. Moro observou que ainda existem processos penden-

tes de julgamento na Lava Jato e a expectativa é de que “cheguemos a bom termo”. “A dúvida é o que vai acontecer daqui para a frente. Vamos retomar aquela tradição de impunidade ou isso representou uma quebra significativa? Nessa perspectiva existe sempre um risco de retrocesso em relação a esses avanços. E há um risco, ainda, que nós não avancemos mais. Para avançar mais, precisamos, além de processos efetivos contra a corrupção, de mudanças mais gerais políticas nas leis para diminuir os incentivos e oportunidades para a corrupção. Mas os riscos sempre permanecem. Isso é algo que não vai ser dessa eleição, nem da próxima, sempre vai existir esse risco. Eu espero que não se concretize.”

Questionado, ele preferiu não comentar as declarações do candidato do PDT à Presidência da República, **Ciro Gomes**, que afirmou que o ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** – preso e condenado na Lava Jato – só terá chance de sair da cadeia se ele, **Ciro**, for eleito.

O pedetista disse em entrevista a uma emissora de TV do Maranhão, no dia 16, que é preciso “botar juiz para voltar para a caixa dele, botar o Ministério Público para voltar para a caixa dele e restaurar a autoridade do poder político”.

Provocado sobre uma supos-

ta intenção de se restaurar a autoridade política – expressão usada por **Ciro** –, Moro afirmou que não enxerga nenhum problema entre juizes e agentes políticos. “O que acontece nesses casos já julgados é que foi constatado que agentes políticos cometeram crimes e eles têm que pagar pelos seus crimes, como qualquer outro cidadão. Então, não existe nenhuma disputa fora desse nível, entre um juiz criminal e um agente político.”

Segunda instância. A respeito da possibilidade de o Supremo Tribunal Federal rever o entendimento que autoriza a prisão após condenação em segunda instância, o juiz disse considerar “improvável”: “Muito difícil prever. Me parece, no entanto, que esse precedente foi tomado pela primeira vez em 2016 e reiterado três vezes, depois, no Supremo. Então, me parece um tanto quanto improvável uma alteração da jurisprudência do Supremo, embora seja algo possível e eu possa estar enganado”.

Apesar dos diversos casos de corrupção na seara política e a extensão da Operação Lava Jato nos últimos anos, Moro manifestou otimismo. “Não se pode pensar que a solução para o Brasil é a fronteira ou o aeroporto. Não existe nenhum problema irremediável. Existe na história países que tiveram problemas sérios de corrupção, alguns até mais profundos que o Brasil, e conseguiram melhorar os seus níveis de governanças. Por exemplo, a Geórgia, a ex-Repubblica Soviética, os próprios Estados Unidos eram um país extremamente corrupto no início do século passado.”

O ESTADO DE S. PAULO

COLUNA DO
ESTADÃO

Entrevista polêmica de Ciro foi para TV de aliado

A polêmica entrevista na qual o presidenciável **Ciro Gomes** (PDT) fala em pôr a Justiça na 'caixinha' e sugere que, se eleito, pode soltar **Lula** da prisão foi dada para a TV Difusora, controlada hoje por um colega de partido do candidato. Em 2016, o deputado federal **Werverton Rocha** (PDT-MA) assinou um contrato de promessa de compra e venda da retransmissora do STB no Maranhão. No Ministério das Comunicações, contudo, a RTV está registrada em nome de outro político: **Lobão Filho**, primeiro suplente do pai, o senador **Edison Lobão** (MDB).

Toffoli autoriza que **Cristiane Brasil** participe da convenção nacional do PTB

O presidente interino do Supremo Tribunal Federal, ministro **Dias Toffoli**, autorizou a participação da deputada **Cristiane Brasil** (PTB-RJ) na convenção nacional do PTB, marcada para sábado em Brasília. A parlamentar é um dos alvos da Ope-

ração Registro Espúrio, que apura esquema de fraudes na liberação de registros sindicais no Ministério do Trabalho. **Toffoli** determinou que a deputada deverá permanecer na convenção apenas no período entre o início e o encerramento do evento, devendo apresentar declaração de que não manteve conversas particulares com investigados na operação. **Cristiane** já havia obtido autorização do STF para participar da reunião da Executiva Nacional do PTB, no dia 18, no Rio.

26 JUL 2018

Juizes e procuradores voltam a pedir aumento

Entidades que representam juizes e procuradores voltaram a pedir reajuste salarial de 16,38% à presidente do STF, **Cármen Lúcia**, que ocupa interinamente a Presidência da República esta semana. O encontro durou cerca de 15 minutos e ocorreu no Palácio do Planalto no início da tarde de ontem. O teto do funcionalismo hoje é o salário de um ministro do Supremo, no valor de R\$ 33,7 mil.

SÔNIA RACY

Só um

Até agora, **Rogério Favreto** é o único alvo de ações levadas à corregedoria do TRF-4 por conta do episódio envolvendo também **Lula**, **Moro**, **Gebran Neto** e **Thompson Flores**. Uma representação é de autoria de **Kim Kataguirri**, do MBL. A outra, do MPF.

26 JUL 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Ardil contra os contribuintes

Os efeitos perniciosos do pendor para o protagonismo que tem marcado a atuação de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) vão além do desgaste institucional da Corte e do Poder Judiciário. Isto já seria grave o bastante para suscitar um exame de consciência nos magistrados pouco afeitos às decisões colegiadas, mas para, tristeza dos contribuintes o misto de alheamento e irresponsabilidade de parte deles ainda gera gastos bilionários para o Tesouro.

Um dos mais bem acabados exemplos dos prejuízos causados por essa febre monocrática que tem acometido alguns juizes, especialmente os de tribunais superiores, foi a decisão do ministro Luiz Fux de entender, em caráter liminar, a concessão do auxílio-moradia - um penduricalho de R\$ 4,3 mil por mês - para cada um dos magistrados do País.

Em setembro de 2014, o ministro concedeu medida cautelar na Ação Ordinária 1.773, da qual é o relator na Suprema Corte, para autorizar o pagamento do benefício a todos os juizes federais, mesmo aqueles que já eram proprietários de imóveis em suas comarcas de atuação. Ato contínuo, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) ingressaram com ações no STF pedindo o mesmo mimo

para todos os juizes. Como os juizes federais, foram prontamente atendidos pela prodigalidade com o bolso alheio do ministro Luiz Fux.

Recente levantamento da Consultoria de Orçamento e Fiscalização da Câmara dos Deputados, publicado pelo **Estado**, revelou que apenas neste ano o pagamento do penduricalho já custou R\$ 834,5 milhões aos cofres públicos. Até o final de agosto, o órgão estima que a despesa chegará a R\$ 973,5 milhões. Em quatro anos, desde a salgada canetada do ministro Luiz Fux, o gasto com o pagamento do auxílio-moradia irrestrito está perto de atingir a marca dos R\$ 5 bilhões.

Em dezembro de 2017, Fux liberou para o plenário do STF o julgamento das ações que tratam do auxílio-moradia. A presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, pautou as ações para a sessão do dia 22 de março, mas na véspera o ministro Luiz Fux decidiu retirá-las da pauta e remeter o caso para a Câmara de Conciliação da Advocacia-Geral da União (AGU).

Não é absurdo inferir que a manobra de Fux na undécima hora tenha a ver com o possível desfecho que o caso teria no julgamento em plenário, a saber, a rejeição da concessão do auxílio-moradia àqueles que não fazem jus ao benefício à luz do que impõe a Constituição. Absurdo ainda maior foi a remessa à Câmara de Conciliação da AGU, órgão responsável por mediar impasses entre a União e órgãos da administração fede-

ral indireta, de um conflito de natureza eminentemente trabalhista. Deram em nada as negociações para revisão da concessão do mimo a todos os juizes. Afinal, quem estaria disposto a abrir mão de um benefício mensal de R\$ 4,3 mil?

Assumindo que os cidadãos são, no mínimo, desatentos, discute-se agora acabar apenas formalmente com o benefício do auxílio-moradia. A AGU propôs como "alternativa" incorporar o valor aos salários, aumentando o teto salarial dos magistrados e, conseqüentemente, de toda a cadeia do serviço público. Trata-se de um novo ardil contra os contribuintes.

A "proposta" será discutida em reunião administrativa do STF convocada pela ministra Cármen Lúcia para o dia 8 de agosto. Cabe a ela apresentar ao Congresso a proposta orçamentária da Corte para o ano que vem. A ministra mostrou estar atenta ao difícil momento por que passa o País e já disse ser contra o encaminhamento de propostas de aumento para o Poder Judiciário. Resta saber o nível de pressão que será exercido sobre ela na reunião marcada para o mês que vem.

O auxílio-moradia irrestrito é uma excrescência, profundo descaso com os contribuintes. Seja com o nome que for, só deve ser concedido a juizes que estão autorizados por lei a recebê-lo por residirem fora das comarcas onde atuam. O que já é benefício que não se concede aos trabalhadores do Brasil.

26 JUL 2018

O ESTADO DE S. PAULO

Exportadores querem que decisão sobre tabela de frete saia do STF

Associações protocolaram pedido de liminar para que instâncias inferiores da Justiça possam decidir sobre o tema

Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Numa tentativa de “destravar” decisões da Justiça nas ações que questionam o tabelamento do frete, exportadores de grãos protocolaram ontem no Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de liminar para permitir que instâncias inferiores da Justiça tomem decisões sobre a medida.

A iniciativa foi tomada pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e pela Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). Especificamente, elas querem que seja julgada uma ação protocolada na 22.ª Vara Federal de Brasília.

Atualmente, todas as discussões na Justiça contra o tabelamento estão suspensas por determinação do ministro do STF Luiz Fux, relator de três ações de inconstitucionalidade sobre o tema. Enquanto as analisa, ele bloqueou qualquer outra decisão judicial a respeito do tabelamento.

Porém, o caso está parado por causa do recesso parlamentar e só será retomado a partir do dia 27 de agosto, quando Fux pretende realizar audiência pública com entidades e especialistas – só depois disso deve tomar sua decisão. O tempo é considerado longo demais pelas empresas, que alegam operar num cenário de aumento de custo e total insegurança.

“Estamos numa situação em

que não podemos nos acender pela via judicial”, disse o presidente executivo da Abiove, André Nassar. “Não podemos tentar uma liminar contra a tabela mas, desde o dia 19 de julho, uma empresa que não a cumpra pode ser acionada juridicamente.”

A lei que instituiu o tabelamento do frete prevê que, caso uma carga seja transportada a preço inferior ao fixado pelo governo, o caminhoneiro tem direito a indenização igual ao dobro da diferença entre a tabela e o valor pago. Temendo essa punição, as empresas têm procurado seguir a tabela.

Pelos cálculos da Abiove, o prejuízo acumulado até o momento com o transporte de grãos é de cerca de US\$ 3 bilhões. “É a diferença entre quanto estimei de frete e quanto paguei de verdade”, explicou Nassar.

Do ponto de vista constitucional, as empresas alegam que a fixação de preço viola princípios como o da livre iniciativa e o da livre concorrência. Outro argumento contra a tabela é que ela foi oficializada antes de ser submetida a audiência pública.

26 JUL 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Moro diz que sempre agiu com "absoluta transparência"

O juiz da 13ª Vara Federal de Curitiba, Sérgio Moro, titular da Operação Lava Jato, disse que não vê como seus métodos podem ser considerados reprováveis, ao comentar o confronto de decisões com o desembargador Rogério Favreto, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) no início deste mês, sobre a soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele participou ontem do Fórum Reconstrução do Brasil, promovido pelo jornal Estado de São Paulo, na capital paulista.

"Podem me acusar de muita coisa, mas eu sempre agi com absoluta transparência", disse o juiz.

Moro, ao tomar conhecimento da decisão de soltura do ex-presidente, mesmo estando de recesso, disse que Favreto não tinha competência para liberar Lula e pediu a manifestação do relator da Lava Jato em segunda instância, desembargador Gebran Neto.

O magistrado foi questionado sobre as ações durante as suas férias. "A imprensa vive questionando o juiz, porque

as férias são muito longas, com alguma razão. E quando o juiz trabalha nas férias, também criticam", declarou. Moro disse ainda que já apresentou sua resposta, sem especificar detalhes, ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que o intimou a respeito do impasse na soltura de Lula.

Moro negou que suas decisões sejam seletivas, conforme alega o PT. Ele destacou a aplicação de penas a agentes políticos de diversos partidos e considerou a crítica "profundamente injusta".

MARCO ASSEF

Moro rebate pergunta sobre interferência

O juiz federal Sérgio Moro participou nesta terça-feira do Fórum Estadão sobre governança e segurança pública, em São Paulo. Moro não escapou de perguntas da imprensa sobre sua postura em agir durante as férias para evitar que Lula fosse solto. E saiu batendo, em sua resposta: "A imprensa vive questionando os juízes que as férias são muito longas, e quando o juiz trabalha nas férias também criticam", rebateu ele. Moro e os desembargadores João Pedro Gebran e Rogério Favreto, do TRF 4, vão ter de se explicar junto ao Conselho Nacional de Justiça por seus atos no dia 8 de Julho.

Toffoli nega habeas corpus protocolado a favor de Lula

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, rejeitou ontem um habeas corpus protocolado por um advogado em favor do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O pedido não foi feito pela defesa de Lula.

Ao analisar o habeas corpus, Toffoli entendeu que o pedido de liberdade não se enquadra nas hipóteses de urgência para ser analisado durante o plantão do recesso de julho na Corte. Além disso, o ministro enviou o pedido para relator dos processos da Operação Lava Jato no tribunal, Edson Fachin.

26 JUL 2018

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Contratação de médico competente ao município, e não à União

É competência dos municípios a contratação de médicos, não sendo possível transferir essa atribuição para a União. Esse foi o entendimento do vice-presidente do STJ, no exercício da Presidência da corte, ministro Humberto Martins, ao negar pedido de liminar de um município para restabelecer repasse do Ministério da Saúde.

A transferência dos recursos do Programa de Atenção Básica está suspensa porque o município de Viçosa (RN) não possui médico ativo em seu quadro de profissionais.

No mandado de segurança, o município alega que, em fevereiro, a médica destinada

ao atendimento da cidade por meio do Programa Mais Médicos pediu desligamento. Segundo o município, como a ausência de médicos é uma das causas de suspensão dos repasses previstos pela Portaria 2.436/17, o Ministério da Saúde deixou de fazer a transferência mensal de cerca de R\$ 25 mil, além de não designar um novo profissional.

O ministro Humberto Martins destacou que os municípios possuem autonomia para fazer concurso público para o cargo de médico, nos termos do artigo 18 da Constituição Federal. Além disso, o vice-presidente do STJ lembrou que, em situações de urgência, como no caso da

ausência de médicos no quadro funcional do município, o artigo 37 da Constituição também prevê a possibilidade de contratação temporária de profissionais.

“Do exame das disposições constitucionais, não parece ser razoável imputar a responsabilidade legal da União em fornecer o referido profissional médico. Ao contrário, a obrigatoriedade de contar com médicos nos quadros funcionais é dos municípios; afinal, são essas pessoas jurídicas de direito público que, de modo direto, irão prestar os serviços de atenção básica”, apontou o ministro ao indeferir o pedido liminar.

26 JUL 2018

FOLHA DE S. PAULO

Moro diz haver precedentes para trabalho nas férias

SÃO PAULO Duas semanas após questionar a competência de um juiz do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que concedeu habeas corpus ao ex-presidente Lula, o juiz Sergio Moro disse nesta quarta (25) que há precedentes para ter assinado o despacho mesmo durante suas férias.

Sem entrar em detalhes a respeito da decisão do dia 8, em que não cumpriu determinação do juiz que estava de plantão no tribunal, Rogério Favreto, Moro falou sobre o episódio em evento promovido pelo jornal O Estado de S. Paulo.

“A imprensa vive questionando o juiz porque as féri-

as são muito longas, com alguma razão, aí quando o juiz trabalha nas férias também critica”, disse, em meio a risos da plateia, em teatro na zona oeste da capital paulista. “Mas isso [decisão durante as férias] tem precedentes.”

O Conselho Nacional de Justiça intimou Moro, Favreto e João Pedro Gebran Neto, o relator da Lava Jato no TRF-4, a se explicarem sobre a guerra de decisões a respeito da soltura de Lula, que terminou com a determinação de manter o ex-presidente preso.

Questionado sobre a situação, Moro preferiu não se manifestar. “Isso envolve processos que eu ainda conduzo, ge-

rou uma representação no CNJ na qual eu apresentei a minha resposta e mesmo na decisão do dia eu apresentei as minhas razões”, disse o juiz.

“Podem me acusar de muita coisa, mas sempre agi com absoluta transparência em minhas decisões e sempre coloquei as minhas razões. Infelizmente por questões relacionadas ao meu trabalho eu não tenho a possibilidade completa de debater isso numa entrevista.”

Participaram do evento, além de Moro, o advogado criminalista Antonio Claudio Mariz de Oliveira e o promotor do Ministério Público de São Paulo Marcelo Mendroni.

PAINEL

LIMITES A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, vai propor nesta quinta (26) uma separação de atribuições dos advogados que fazem a defesa de Lula na Justiça Eleitoral.

MEU QUADRADO A ideia do PT é a de que Luiz Fernando Pereira e Fernando Neisser toquem ações sobre o registro da candidatura. O ex-ministro da Justiça Eugênio Aragão assumiria o jurídico da campanha.

VAILONGE Pereira esteve com Lula nesta semana. Ele diz que o petista, hoje, não cogita ser substituído. O advogado defende a tese de que o ex-presidente só pode ser impedido de disputar após se esgotarem todas as discussões sobre seu pedido de registro. Ou seja: depois de o STF se manifestar.

26 JUL 2018

JORNAL DO ÔNIBUS

Um novo sistema carcerário

O formato adotado no sistema carcerário brasileiro consegue unir o inútil ao desagradável. Ao mesmo tempo em que as suas instalações e as condições dos presos são medievais, sem higiene, segurança ou atividades para os internos, também não impede que os condenados organizem o cri-

me dentro da prisão.

O resultado é que a violência já transbordou dos muros dos presídios e está contaminando a sociedade, de tal maneira que vemos grandes ataques contra as cidades (como os incêndios a ônibus) e o próprio tráfico de drogas, comandados de dentro das cadeias. O sistema privatizado fun-

ciona em outros países, eles têm como virtude, o propósito de reeducação dos presos, com trabalho e estudo. Os ambientes são limpos e disciplinados, até para mudar a noção de convivência dos internos. Ou o sistema brasileiro muda, ou muito em breve corremos o risco de virar reféns dos presidiários. ●

Toffoli nega habeas corpus para Lula

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli,

rejeitou ontem um habeas corpus protocolado por um advogado em favor do ex-presidente Luiz

Inácio Lula da Silva. O pedido não foi feito pela defesa de Lula. Ao analisar o habeas corpus, Toffoli entendeu que o pedido de liberdade não se enquadra nas hipóteses de urgência para ser analisado durante o

plantão do recesso de julho na Corte.



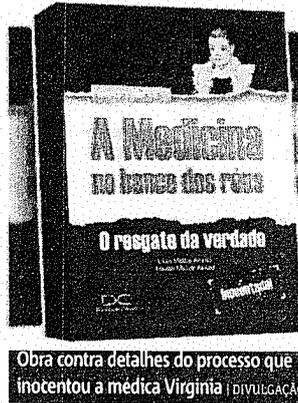
“O caso não se enquadra na previsão do art. 13, inciso VIII, do Regimento Interno deste Supremo Tribunal, em especial ante a possibilidade de incidência do

entendimento da Corte segundo o qual é inadmissível o habeas corpus que se volta contra decisão monocrática do relator da causa no Superior Tribunal de Justiça”, justificou o ministro, em sua decisão. ■

Lançamento. Caso da médica Virginia vira livro

O caso da médica Virginia Helena Soares de Souza, inocentada no processo em que era acusada de abreviar a vida de pacientes da UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do Hospital Evangélico, em Curitiba, virou livro. A obra "A Medicina no banco dos réus... O resgate da verdade", dos advogados Elias Mattar Assad e Louise Mattar Assad, será lançada hoje, no auditório da sede Centro da OAB-PR (Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná).

"O livro perpetua a memória dos extremos de uma defesa criminal, escrito em linguagem acessível para todos os públicos", declarou Elias Mattar Assad, que defendeu a médica intensivista no processo. Ela foi declarada inocente, em abril de 2017, de ter matado, entre



Obra conta detalhes do processo que inocentou a médica Virginia | DIVULGAÇÃO

2011 e 2013, sete pacientes da UTI do Hospital Evangélico, da qual era chefe.

O coquetel de lançamento começa às 19h30. A Sede Centro da OAB-PR fica Rua Cândido Lopes, 146 (na frente da Biblioteca Pública).

● METRO CURITIBA

Ex-secretário pode ser vice de Osmar

**ELEIÇÕES
2018**

Segundo a coluna Sintonia Fina, do Paraná Portal, o ex-secretário de Segurança do governo Requião e ex-promotor público Luiz Fernando Delazari deve ser compor a chapa de Osmar Dias (PDT) como vice-governador.

O advogado, que é amigo do juiz federal Sérgio Mo-

ro, seria a indicação do MDB, que já deixou clara sua preferência para se coligar com Osmar e só espera o sim do PDT, que fará sua convenção no próximo dia 4.

O Metro Jornal entrou em contato com Delazari, mas o advogado preferiu não comentar a questão.

Em caso da chapa virar realidade, um dos senadores lançados seria Roberto Requião (MDB), candidato à ree-

leição. Já o outro nome deve ser o do professor Oriovisto Guimarães, pré-candidato pelo Podemos.

O fundador do Grupo Positivo disse ontem ao site Contraponto que espera a confirmação de seu partido - que também realiza convenção no dia 4 - na chapa do PDT. Segundo isso ao site, não faria sentido qualquer composição diferente, até porque o presidente do Podemos e pré-

-candidato à Presidência do República, Alvaro Dias, é irmão de Osmar.

Ao Contraponto, Oriovisto também negou a possibilidade de ocupar uma possível vaga ao senado na chapa de Ratinho Junior (PSD).

O PDT, que não abre o jogo, se reuniu ontem em Curitiba com seus pré-candidatos do a deputado estadual e federal - Osmar participou do encontro. ● METRO CURITIBA